

CORREIO ECONÔMICO

DA
REDAÇÃO

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Pesquisa destaca desafios para o próximo governo

CNI: redução de impostos e equilíbrio fiscal são prioridades

Empresários do ramo da indústria projetam como principais prioridades para a gestão 2027-2030 no Executivo federal políticas de natureza fiscal e tributária, como a redução de impostos, a consolidação da reforma tributária, a manutenção do equilíbrio fiscal e melhorias nas políticas de gestão pública. É o que aponta levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizado pela Nexus - Pesquisa e Inteligência de Dados e divulgado nesta segunda-feira (22). A importância dos temas mais "monetaristas" prevalece sobre as políticas industriais. A pesquisa foi feita com 1.003 executivos de empresas industriais de pequeno, médio e grande portes, em todas as regiões do país, no período de 7 de maio a 5 de junho.

Relação das políticas fiscal e política

"Quando a política fiscal e a política monetária não conversam entre si, as medidas para estimular o desenvolvimento produtivo se tornam menos efetivas. A indústria está pronta para fazer sua parte, mas precisamos de um Estado que escolha induzir o investimento produtivo, um Estado que planeje o desenvolvimento, fortaleça a produção e abra caminho para um Brasil mais próspero, inovador e de renda mais alta", disse o presidente da CNI, Ricardo Alban.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Até maio, 42 milhões de pessoas embarcaram

País bate recorde em voos domésticos

O Brasil registrou um recorde na movimentação de passageiros domésticos nos primeiros cinco meses de 2026, segundo dados compilados pelo Ministério do Turismo e divulgados nesta segunda-feira (22) pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). De janeiro a maio, 42 milhões de pessoas embarcaram em viagens em território nacional, número 6% maior que os 39,8 milhões de passageiros registrados no mesmo período do ano passado. Foi a primeira vez na história que o Brasil ultrapassou a marca de 42 milhões de passageiros no período.

Resultado de maio acima da média

O resultado de maio também foi recorde: no mês, 8,31 milhões de passageiros voaram pelo Brasil – número 2% maior que os 8,16 milhões contabilizados em maio de 2025. A movimentação de maio de 2026 foi a maior desde o início da série histórica, em 2000. Para o ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, os números refletem "o excelente momento que o turismo brasileiro vive".

Aporte financeiro I

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou, na terça, uma nota oficial de posicionamento em apoio ao novo aporte financeiro destinado à política industrial do país. O anúncio foi recebido com entusiasmo pelo setor produtivo. Com o novo aporte, a NIB chega a R\$ 750 bilhões.

Aporte financeiro II

Segundo a entidade, o crédito com custo competitivo é fundamental para destravar investimentos, especialmente com foco em áreas estratégicas para a redução da vulnerabilidade externa, como a produção de fertilizantes, fármacos e o desenvolvimento de IA e tecnologias ligadas à transição energética.

Biometria I

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) informou que vai ampliar a exigência de cadastro biométrico para a concessão de benefícios previdenciários e assistenciais, como aposentadorias, auxílios e o Benefício de Prestação Continuada. A regra servirá para confirmar a concessão do benefício.

Biometria II

O objetivo é confirmar a identidade do beneficiário e impedir que terceiros recebam valores de forma indevida. Vale lembrar que a exigência já era aplicada desde 1º de setembro de 2024 nos requerimentos de BPC-Loas. a portaria diz ainda que são os benefícios de salário-maternidade; benefício por incapacidade; ou pensão por morte.

Restituição I

A Receita Federal liberou ontem a consulta ao segundo lote de restituição do IRPF, referente a junho de 2026. O crédito bancário será realizado ao longo do dia 30 de junho. Com R\$ 16 bilhões em créditos e 9.585.797 contribuintes contemplados, o lote é o maior em quantidade de contribuintes contemplados.

Restituição II

O órgão caminha para quitar os valores devidos à grande maioria dos declarantes já nos dois primeiros lotes de 2026. Somados, esses pagamentos deverão alcançar cerca de 80% do total estimado de restituições do ano. Considerando a soma dos dois primeiros lotes, serão contemplados 18,3 milhões de contribuintes.



A decisão consta na ata da última reunião, divulgada na terça

BC recomenda não reagir a choques de oferta

Autarquia mantém queda da Selic mesmo com inflação pressionada

Da Redação

A piora no cenário para a inflação não impediu o Banco Central (BC) de manter o ciclo de redução dos juros. O Comitê de Política Monetária (Copom) justificou o corte na taxa básica de juros, a Selic, sob a perspectiva de que as "melhores práticas" de política monetária recomendam não reagir integralmente a variações de preços geradas por choques de oferta, que são eventos inesperados.

A decisão consta na ata da última reunião, divulgada nesta terça-feira (23). No encontro, na semana passada, o colegiado cortou a Selic em 0,25 ponto percentual, passando de 14,5% ao ano para 14,25% ao ano – o terceiro corte consecutivo desde março. De junho de 2025 a março deste ano, a Selic ficou em 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos.

De acordo com o documento, essas flutuações de preços envolvem incertezas relevantes, em especial, as pressões do conflito armado no Oriente Médio sobre os preços globais de petróleo e combustíveis, bem como os impactos climáticos ainda em projeção do fenômeno El Niño.

"No cenário atual, caracterizado por forte aumento da incerteza, o comitê reafirma serenidade e cautela na condução da política monetária, de forma que os passos futuros do processo de calibração da taxa básica

de juros possam incorporar novas informações que aumentem a clareza sobre a profundidade e a extensão dos conflitos no Oriente Médio, assim como seus efeitos diretos e indiretos sobre o nível de preços ao longo do tempo", diz a ata.

Em maio, o preço dos alimentos pressionou a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que fechou em 0,58%.

O IPCA acumulado em 12 meses ficou em 4,72%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já fora da meta de inflação, que pode variar de 1,5% a 4,5%.

Na ata, a autoridade monetária pontuou que o atual cenário inflacionário de curto prazo é desafiador e tem sido pressionado por leituras mais altas do IPCA corrente.

Contudo, o BC enfatizou que a adoção de trajetórias de Selic menos discrepantes em relação às previstas pelos analistas de mercado é mais adequada por evitar a indução de volatilidade excessiva nos preços dos ativos financeiros e nos agregados macroeconômicos.

A previsão do mercado financeiro para o IPCA está em 5,33% este ano e 4,15% em 2027.

Durante o encontro, o Copom debateu simulações que contemplavam diferentes combinações de momentos de pausa e retomada do ciclo de juros.